



SOCIEDADE ABERTA

A lei da sobrevivência



Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Estamos a poucos dias da apresentação do Orçamento do Estado 2014. Tudo a leva a crer que o reforço da receita da austeridade, e por consequência potenciador de recessão, será a marca de água deste documento. Vítor Gaspar já pertence à história dos ministros das Finanças que passaram pelo Governo, mas o seu legado continua bem vivo.

O ano passado, precisamente por esta altura, escrevi neste mesmo jornal um artigo a que dei o título de “A linha da dignidade”. Em termos genéricos, alertava que era necessário cumprir o memorando de entendimento com a ‘troika’”, mas o esforço de consolidação orçamental teria de ser feito pelo lado da receita e da despesa, equilibradamente e sem a tentação de recorrer a cortes cegos, tendo como alvo preferencial a despesa social. O que este Governo tem feito desde que assumiu funções é precisamente o contrário.

Os cortes nas pensões de sobrevivência é o último episódio de que as linhas da dignidade traçadas por este Governo são maleáveis e imaginárias. Nem mesmo a advertência eleitoral do passado dia 29 de setembro parece capaz de alterar a cultura instalada no executivo. Se a cortes a oito juntarmos políticas cruelmente insensíveis, em que primeiro se quantifica a medida, ou a “poupança”, como agora pomposamente se diz, e só posteriormente é que se arquiteta a lei, então o resultado só pode ser uma colossal trapalhada. Já para não falar de uma estratégia de comunicação e de explicação das medidas que, confesso, tenho dificuldade em perceber se se deve a pura incompetência ou a uma lógica deliberada para confundir as massas.

Perante isto, não é preciso ter poderes de adivinho para antecipar que o documento que a ministra das Finanças vai entregar no Parlamento na próxima semana mais não deverá ser do que a sequela de uma espécie de manual do terror social, visando nomeadamente os mais idosos, os mais desprotegidos e os que menos têm – documento em que o governo se tornou especialista.

O “braço-de-ferro” com o Tribunal Constitucional promete continuar. Constitucionalistas e outros especialistas em Direito são unânimes em considerar que os juízes do Palácio Ratton não vão deixar passar algumas das mais polémicas iniciativas do Governo. Perante tantas convulsões, os tais sinais de recuperação mais não são do que uma mera ilusão.

Aliás, este Orçamento, tudo leva a crer, vai continuar a comprometer uma desejável estratégia de desenvolvimento económico. Acho mesmo que este Orçamento não vai no sentido de resolver os problemas do País, seguindo antes num rumo do seu aprofundamento. E quanto à tão apregoada reforma do Estado, chega-se agora à seguinte triste conclusão: é uma amálgama de cortes e mais cortes, sem fio condutor à vista.

Se a política é a arte do possível, governar é um exercício de grande responsabilidade e sujeito a uma grande volatilidade. Sabemos disso. Só se lamenta que a opinião pública continue a ver desfilar, impunemente e diante dos seus olhos, dossiês quentes que lesaram o erário público, como o BPN, a Madeira, as PPP, os swaps ou até as agora esquecidas dotações financeiras para o infundável rol de fundações, sem haver responsáveis e, se for o caso, condenados.

Uma coisa é certa: a incerteza leva a que o governo e muitos portugueses enfrentem o seu dia a dia como se fosse o último. É a lei da sobrevivência. ■

**Artigo redigido segundo
o Novo Acordo Ortográfico**